



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 171/XIII/ 4.ª SL

Aos 05 dias do mês de junho de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação da ata n.º 170, de 29 de maio;*
3. *Discussão e votação das propostas de alteração do BE, PCP e PSD ao Decreto-Lei n.º 25/2009, de 11 de fevereiro, que «Estabelece o número de posições remuneratórias das categorias da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica e identifica os respetivos níveis da tabela remuneratória única. Define ainda as regras de transição dos trabalhadores integrados na carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, prevista no Decreto-Lei n.º 564/96, de 21 de dezembro, para a carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica», no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 115/XIII/4.ª (BE), 123/XIII/4.ª (PCP) e 125/XIII/4.ª (PSD);*
4. *Discussão e votação do requerimento do BE, a solicitar as audições da ERS, da ARS Lisboa e Vale do Tejo e da Ministra da Saúde, sobre «o comportamento da entidade privada gestora da PPP de Vila Franca de Xira»;*
5. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 2050/XIII/4.ª (BE), que «Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a informação sobre a Diabetes tipo 1 nas escolas»;*
6. *Outros assuntos.*
 - 10:30 *Audição da Sociedade Portuguesa de Pediatria, requerida pelo PCP, sobre «a Inclusão no Programa Nacional de Vacinação da Vacina contra o rotavírus, meningite B e alargamento da HPV aos rapazes»;*
 - 11:30 *Audição da Direção Geral de Saúde, requerida pelo PCP, sobre «a Inclusão no Programa Nacional de Vacinação da Vacina contra o rotavírus, meningite B e alargamento da HPV aos rapazes».*



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 171/XIII/ 4.ª SL

1. Informações

O Presidente informou ter baixado à Comissão a Petição n.º 631/XIII/4.ª, que cabe ao PS para efeitos de elaboração de Relatório Final. A Petição foi admitida, tendo sido indicada para Relatora a Deputada Eurídice Pereira. O Presidente deu ainda conta de que vai ser distribuída a lista das pendências em Comissão, relativamente às iniciativas, outros documentos para parecer e às petições. Quanto às audições pendentes, que são em número muito elevado, sugere que aquando da 4.ª audição regimental do próximo dia 19 de junho, se acrescente uma ronda, das 9h às 10h, para realizar a audição da Ministra requerida pelo PCP, sobre vacinação, uma vez que é a mais antiga e estão já concluídas todas as audições de entidades sobre este tema. Havendo concordância de todos, irá diligenciar-se no sentido de informar a Ministra da Saúde, em conformidade.

2. Apreciação e votação da ata n.º 170, de 29 de maio

A ata n.º 170 foi aprovada por maioria, registando-se a abstenção do CDS-PP, por não ter estado presente na reunião em causa, e a ausência do PEV.

3. Discussão e votação das propostas de alteração do BE, PCP e PSD ao Decreto-Lei n.º 25/2009, de 11 de fevereiro, que «Estabelece o número de posições remuneratórias das categorias da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica e identifica os respetivos níveis da tabela remuneratória única. Define ainda as regras de transição dos trabalhadores integrados na carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, prevista no Decreto-Lei n.º 564/96, de 21 de dezembro, para a carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica», no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 115/XIII/4.ª (BE), 123/XIII/4.ª (PCP) e 125/XIII/4.ª (PSD)

O Deputado Ricardo Baptista Leite solicitou o adiamento deste ponto por duas razões: porque o PCP apresentou ontem uma nova proposta de alteração e porque sendo conhecida uma versão preliminar do Decreto-Lei de Execução Orçamental, que prevê um estudo prévio antes da revisão de carreiras, isso tem impacto direto neste processo. Considera assim que se deve aguardar pela publicação do decreto e o PSD compromete-se a voltar a esta questão ainda nesta legislatura, caso o diploma não dê resposta cabal.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 171/XIII/ 4.ª SL

O Deputado Moisés Ferreira considerou que o pedido de adiamento é um direito que assiste aos Grupos Parlamentares, mas opõe-se a que seja um adiamento sem data, condicionado à produção legislativa do Governo, pelo que este ponto deve ser adiado para a próxima reunião. Pediu que a Mesa solicite uma interpretação sobre se um pedido de adiamento pode ser atendido, não havendo indicação da data para a qual se adia.

A Deputada Carla Cruz referiu que a proposta de alteração do PCP é apenas quanto a um artigo e pensa que a AR não deve estar sistematicamente a adiar matérias sobre as quais deveria intervir. Entende que as carreiras são matéria de negociação com o Governo, mas este interrompeu as negociações.

A Deputada Isabel Galriça Neto entende ser esta uma matéria da maior importância e da competência do Governo, pelo que não deve haver precipitação, devendo aguardar-se pela publicação do decreto.

O Deputado Ricardo Baptista Leite agradeceu ter sido aceite o adiamento, dizendo que o PSD não é um partido de protesto, é um partido responsável. Entende fazer sentido aguardar pelo Decreto de Execução Orçamental, que trata a matéria das carreiras.

O Presidente disse entender que este adiamento tem uma data, que é, no limite, a última reunião da Comissão (17 de julho) que permite enviar o texto para o último plenário de 19 de julho. A questão fica adiada, mas oficiará ao PAR, no sentido de pedir o esclarecimento que o BE requereu.

4. Discussão e votação do requerimento do BE, a solicitar as audições da ERS, da ARS Lisboa e Vale do Tejo e da Ministra da Saúde, sobre «o comportamento da entidade privada gestora da PPP de Vila Franca de Xira»

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento do BE, que solicita audições da ERS, da ARSLVT e da Ministra, sobre a atuação da entidade gestora da PPP de Vila Franca de Xira.

O Deputado Ricardo Baptista Leite disse concordar com as audições, para que não volte a acontecer que os utentes sejam colocados nestas situações, votando assim favoravelmente o requerimento.

O Deputado João Gouveia entende que, face aos factos que foram noticiados, as audições propostas são oportunas e necessárias.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 171/XIII/ 4.ª SL

A Deputada Isabel Galriça Neto também se manifestou favorável à realização das audições, propondo ainda que se acrescente a audição da entidade gestora da PPP de Vila Franca de Xira.

A Deputada Carla Cruz referiu que face às práticas de internamento indignas que foram noticiadas é importante obter esclarecimentos destas entidades.

O requerimento do BE, bem como o requerimento oral do CDS-PP foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2050/XIII/4.ª (BE), que «Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a informação sobre a Diabetes tipo 1 nas escolas»

Este ponto foi adiado para a próxima reunião.

6. Outros assuntos

A Deputada Isabel Galriça Neto deu conta de ter sido muito interessante a iniciativa do *Health Parliament*, que é uma iniciativa da sociedade civil, dizendo que influenciou o debate na saúde. Sabe que já solicitaram audiência à Comissão de Saúde, para apresentar as conclusões, e pergunta se será possível agendá-la até ao final da legislatura.

A Deputada Carla Cruz disse ter sido distribuída aos Deputados uma nova proposta de redação final da DAPLEN no tocante à questão da republicação, a propósito do texto resultante dos PJs sobre a questão da confidencialidade na PMA, considerando pertinente o problema colocado a propósito da republicação do artigo 8.º.

O Deputado Moisés Ferreira considerou igualmente pertinente e urgente a questão que foi suscitada com a republicação, concordando que não deve ser feita. A Deputada Maria Antónia Almeida Santos também concordou, dizendo que faz sentido, pelo que o PS prescinde da republicação.

Não havendo mais intervenções, o Presidente informou que, face ao consenso relativamente a não manter a republicação em anexo ao texto da PMA, será a DAPLEN informada em conformidade.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 171/XIII/ 4.ª SL

10:30 Audição da Sociedade Portuguesa de Pediatria, requerida pelo PCP, sobre «a Inclusão no Programa Nacional de Vacinação da Vacina contra o rotavírus, meningite B e alargamento da HPV aos rapazes»

O Presidente saudou o Prof. Luís Varandas, Presidente da Sociedade Portuguesa de pediatria, dando a palavra à Deputada Carla Cruz para apresentar o requerimento do PCP que solicita esta audição.

A Deputada Carla Cruz indicou as razões que fundamentaram o pedido de audição e fez perguntas sobre as vantagens da vacina do rotavírus nos rapazes, pedindo a opinião da SPP quanto às questões que se suscitam também a propósito das outras vacinas em análise.

Usaram da palavra para comentar e formular perguntas os Deputados: Isaura Pedro, que quis saber se não há contradições nas posições relativamente a vacinas, recordando que há que ter em conta os condicionamentos devidos à situação socioeconómica das famílias e aos fenómenos migratórios; Marisabel Moutela, que perguntou qual o fundamento para as recomendações da SPP e se ponderaram os argumentos da DGS quanto à inclusão no Plano de Vacinação; Moisés Ferreira, que questionou sobre se não teria efeitos positivos a inclusão desta vacinas no Plano e se de facto as vacinas são aconselháveis ou não para as crianças; Isabel Galriça Neto, que entende ser uma questão de médicos, perguntando o que pensa a SPP que deve ser feito para esclarecer os pais e a sociedade e como vê a moda da anti vacinação.

Luís Varandas deu os esclarecimentos pedidos, frisando que a comissão da SPP é uma comissão científica que avalia a efetividade e segurança das vacinas, e, neste contexto, surgiram as recomendações, mas quanto à transposição para o Plano de Vacinação o processo é mais complicado e tem de ter em conta ainda outros fatores. Explicou com detalhe as características das vacinas em causa, lembrando que todas são diferentes, em termos de impacto e na imunidade, que numas é de grupo, noutras individual.

Na 2.ª ronda pediram esclarecimentos adicionais os Deputados Isaura Pedro, Marisabel Moutela, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, que foram prestados pelo Presidente da SPP.

O Presidente agradeceu a disponibilidade e a vinda do Prof. Luís Varandas à Comissão, bem como as informações prestadas.

A gravação vídeo/áudio desta audição está disponível neste [link](#).



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 171/XIII/ 4.ª SL

11:30 Audição da Direção Geral de Saúde, requerida pelo PCP, sobre «a Inclusão no Programa Nacional de Vacinação da Vacina contra o rotavírus, meningite B e alargamento da HPV aos rapazes»

O Presidente cumprimentou a Diretora Geral da Saúde, Graça Freitas, que se fez acompanhar por Manuel do Carmo Gomes, da comissão de vacinação e pela presidente da comissão técnica.

A Deputada Carla Cruz apresentou o requerimento do PCP que solicita esta audição, perguntando se os trabalhos da comissão técnica estão concluídos e se a decisão final cabe à tutela ou à comissão de vacinação.

Usaram da palavra para comentar e pedir esclarecimentos os Deputados: Isaura Pedro, que perguntou o que pensa a diretora geral, enquanto médica de saúde pública, sobre a inclusão das vacinas no Plano de Vacinação, pensando que por alguma razão os pediatras as receitam e nem todos os pais têm meios para as adquirir; Marisabel Moutela, que entende que não se deve interferir nas decisões científicas, perguntando o que pensa a DGS sobre a sua integração no Plano; Moisés Ferreira, que perguntou se estão concluídos os trabalhos da comissão técnica e o que é que esta recomendou ao Governo; Isabel Galriça Neto, que questionou a DGS sobre se está confortável, face aos dados existentes, com a decisão de não incluir estas vacinas no Plano e se está disponível para rever os calendários de inclusão.

A Diretora Geral, Graça Freitas, detalhou o processo de análise sobre a inclusão destas vacinas no Plano, deu conta dos vários procedimentos que isso implica e dos fatores a ter em conta. Chamou a atenção para o facto de ninguém ter suscitado a possibilidade de comparticipação destas vacinas, pelo menos enquanto não estão no Plano, o que seria um patamar onde se poderiam ajudar as famílias. A comissão técnica deu já o seu parecer e a tutela decidirá, sendo certo que a DGS é pró-vacinação, mas existem fatores para além dos exclusivamente técnicos. Enviará o relatório completo e definitivo à tutela e à Comissão de Saúde.

Manuel do Carmo Gomes e a presidente da comissão técnica deram ainda informações complementares, tendo o Presidente da Comissão de Saúde agradecido todos os esclarecimentos prestados e a disponibilidade para esta audição.

A gravação vídeo/áudio desta audição está disponível neste [link](#).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 171/XIII/ 4.ª SL

A reunião foi encerrada às 13:40 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada e podendo a sua gravação ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 05 junho 2019.

O PRESIDENTE



(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 171/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Joana Lima
Maria Lopes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
José Luís Ferreira
Luís Soares
Luís Vales
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Marcelino
Miguel Santos